

# Cardoso, Lula da Silva e o Oriente Médio: Mudança ou Continuidade?

## Cardoso, Lula da Silva and de Middle East: Change or Continuity?

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira\*  
Deywisson Ronaldo Oliveira de Souza\*\*  
Deijenane Gomes dos Santos\*\*\*

---

Boletim Meridiano 47 vol. 16, n. 148, mar.-abr. 2015 [p. 18 a 25]

---

### Introdução

A literatura a respeito da política externa brasileira apresenta um debate em torno da questão da mudança e continuidade entre a política externa de dois de seus ex-presidentes, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula da Silva. Embora esse debate seja dificultado pelo caráter subjetivo que esses dois termos – mudança e continuidade – assumem, nos diversos trabalhos que abordam o tema, acreditamos que seja possível coadunar esses argumentos ora distintos, ora semelhantes em um caminho de entendimento sobre a adaptação da política externa brasileira às novas exigências do sistema internacional.

Analisar as relações do Brasil com o Oriente Médio<sup>1</sup> permite entender as diferenças empreendidas por essas duas gestões à frente de Brasília, no que concernem as relações com essa região. Além disso, acreditamos que examinar a recente política externa brasileira seja fundamental para a compreensão dos rumos que o país está tomando, na medida em que observar sua conduta para com esses atores, de relevância geoestratégica global, nos autoriza a pensar nas suas linhas e determinantes gerais.

Esse trabalho questiona se houve diferenças na diplomacia brasileira com relações aos países do Oriente Médio entre as duas gestões presidências e nutre a hipótese de que fatores conjunturais e sistêmicos e as escolhas tomadas pelas duas gestões levaram a determinação de espaços diferentes para a região na política externa do país, impelindo Lula da Silva a abrir uma nova frente diplomática com essas nações. Nosso objetivo é identificar traços de mudança ou continuidade entre os dois presidentes, analisando quantitativamente os acordos bilaterais

---

\* Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil (guedes@hotmail.com).

\*\* Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil (dros.ufpe@gmail.com).

\*\*\* Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil (deijenanesantos@gmail.com).

1 Este trabalho utiliza a definição feita por Tibi (2011), a qual engloba os países do Levante, Golfo e Magreb, separados entre países centrais e de fronteira. No Levante, os países centrais são: Egito, Israel, Síria, Jordânia e Líbano; os países de fronteira são: Turquia, Chipre, Sudão e Iêmen. No Golfo, os países centrais são: Iraque, Irã, Arábia Saudita e Kwaito; os países de fronteira são: Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Omã. No Magreb, os países centrais são: Argélia, Marrocos e Líbia; os países de fronteira são: Tunísia e Mauritânia, conf. Uma vez que a definição de Tibi não inclui a Palestina, e haja vista a importância desta região para a compreensão do Oriente Médio em termos mais amplos, esse artigo optou por incluir essa área na sua conceituação acerca da região estudada pelo mesmo.

firmados pelos nas duas gestões com o Oriente Médio e da investigação das viagens presidenciais feitas a esses países. Essa quantificação pode demonstrar as diferenças diplomáticas promovidas em cada período. Acreditamos que os acordos bilaterais são uma útil unidade de análise na medida em que registram as intenções e ações de cooperação. Já as visitas oficiais denotam o interesse diplomático brasileiro nas nações visitadas.

O artigo está organizado de maneira a demonstrar uma breve revisão de que debate os processos de continuidade e mudança na política externa brasileira, em seguida evidenciamos como a nação brasileira se insere historicamente nessa região, seguida da análise quantitativa dos acordos bilaterais e viagens presidenciais e as conclusões.

## Mudança e Continuidade

A análise de trabalhos que discutem o processo de mudança e continuidade na política externa brasileira de FHC a Lula oferece-nos um quadro geral sobre o qual a conduta exterior brasileira imprimiu os ajustes para se acomodar no cenário internacional do pós Guerra Fria e nas mudanças do pós-11 de Setembro. Grande parte dos autores indica que as ações de Lula da Silva na condução da política externa não passam de aprofundamentos das iniciativas engendradas nas gestões de Cardoso e defendem que a grande diferença existente entre os dois presidentes está na ênfase dada e à vontade política para alcançar os objetivos. Da mesma forma encontramos trabalhos que sustentam o argumento de que os governos dos presidentes divergiram substancialmente, como afirma Cervo (2003). Para ele Lula foi eleito para remediar a vulnerabilidade externa acumulada na década de 1990 e sob uma plataforma que prometia mudança na forma de inserção internacional do país.

Já Vaz (2004) observa que o governo petista não fez mudanças bruscas em relação aos objetivos e prioridades da política externa do Brasil. A novidade foi a presença de um pano de fundo social favorecedor de uma conduta exterior cujo pragmatismo estava definido em termos de insumos para o desenvolvimento social e econômico do país. O autor destaca que a política externa de Lula tanto quanto a de Cardoso, estava voltada para o alcance de insumos práticos e que os mandatários se diferenciaram apenas no que tange à diversificação das estratégias adotadas pela política externa do Brasil. Esses interesses não configuram por si só alternativas divergentes daquelas empreendidas pela política externa antecedente, tampouco demonstram algum nível de ruptura com os objetivos gerais da gestão FHC. Embora tenha ocorrido um leve revisionismo por estruturar o seu discurso em um tom de “mudança” e por deixar-se influenciar por elementos ideológicos do Partido dos Trabalhadores (PT), esse revisionismo não implicou em alterações bruscas dos caminhos percorridos por Cardoso, havendo para o Vaz (2004, p.2) “um inegável traço de continuidade na política externa no governo Lula.

Assertividade e proatividade são as inovações mais visíveis na política externa de Lula sob o olhar de Saraiva (2007). A gestão de Lula teria se diferenciado pela robustez do discurso e das ações empreendidas. As inovações da diplomacia de Lula da Silva estavam no plano das estratégias, as quais funcionaram em favor da inserção internacional dos países periféricos nas estruturas multilaterais de governança.

Vigevani e Capaluni (2007, p.275) entendem que embora Lula tenha empreendido continuidade às ações iniciadas por Cardoso, os dois apresentaram “diferenças nas ações, nas preferências e nas crenças, buscando resultados específicos muito distintos”. Esses autores não percebiam uma forte reestruturação doméstica entre Cardoso e Lula da Silva, e indicam que a diplomacia do presidente petista estava mais preocupada com temas sociais, com um cenário internacional demandando novas estratégias de ação externa por parte do governo brasileiro. O choque externo dos atentados terroristas em 2001 implicou no fechamento norte-americano e na instauração de um unilateralismo que cerceava o espaço diplomático brasileiro. Foi então necessário abandonar

aquilo que Vigevani e Capaluni (2007) chamam de “autonomia pela participação” e intensificar estratégias de ação que pudessem trazer ganhos por meio da diversificação das relações brasileiras com outras nações.

Para Vizontini (2003) o governo de Cardoso estava comprometido com a nova agenda neoliberal consubstanciada nas regras do Consenso de Washington e no alinhamento com as novas diretrizes mundiais coordenadas pelos Estados Unidos. Essa inserção internacional alinhada às novas regras liberalizantes do Consenso de Washington e à adesão aos regimes internacionais patrocinados pelos Estados Unidos são os traços marcantes da política externa brasileira na década de 1990 (PECEQUILO, 2008). Para se reinserirem no cenário internacional após a “Década Perdida<sup>2</sup>”, os países periféricos viram-se levados a reformar suas estratégias de inserção, com alguns optando por estabelecer relações prioritárias com os Estados Unidos enquanto outros desenvolveram estratégias de inserção mais diversificadas (PECEQUILO, 2008, p. 137). Nessa visão a conduta exterior do país se moldou à nova conjuntura pós Guerra Fria. Essa linha de pensamento reforça nosso entendimento de que a política externa de Lula da Silva exigiu a readequação das estratégias de inserção externa na nova conjuntura pós-11 de Setembro. O país reformulou suas relações internacionais, dando mais ênfase a um discurso assertivo, e estruturou sua visão em torno de um sistema multipolar onde tanto as relações Sul-Sul quanto a cooperação com os países ricos passaram a ser contempladas.

## Relações Brasil-Oriente Médio: uma reflexão histórica

Foi em 1876 que D. Pedro II resolveu fazer o seu Império conhecido no mundo e assim viajou por dois anos<sup>3</sup>. Um dos locais escolhidos por ele para ser visitado foi o Império Otomano, cujas lendárias histórias podem ter influenciado a sua escolha, e assim cidades como Beirute, Sidon, Baalbeck, Tiro, Damasco, Jerusalém, Haifa e Jafa entraram no roteiro turístico do imperador. Poderíamos dizer que as relações do Brasil com o que hoje se convém chamar de Oriente Médio iniciaram-se a partir da visita de D. Pedro II à região e perpetuam-se até os dias de hoje.

Fugindo dos conflitos étnicos e religiosos no então cambaleante império turco otomano, libaneses, sírios e palestinos procuraram o Brasil como destino. Apesar dos laços históricos iniciados ainda no século XIX, especialmente por causa dos imigrantes que chegavam ao país, o Brasil não chegou a desenvolver uma ligação política estreita com o Oriente Médio até meados da década de 1940. Com a criação da ONU e os esforços para a partilha do território da Palestina em favor de árabes e judeus, o diplomata brasileiro Osvaldo Aranha era o presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) quando da votação para a aprovação da partilha da Palestina em dois estados, um árabe e outro judeu Arraes (2011). A atuação de Aranha representa um dos momentos mais emblemáticos da relação brasileira com o Oriente Médio, seguida pelo envolvimento do Brasil na primeira missão de paz das forças da ONU, enviadas para impedir um conflito de grandes proporções envolvendo o Egito e a coalizão de França, Grã-Bretanha e Israel, durante a Crise de Suez em 1956.

Segundo Arraes (2011), a postura brasileira em relação às questões políticas do Oriente Médio era equidistante, não tomando o Brasil qualquer posição que favorecesse quem quer que fosse perdurando isso até a década de 1970, quando o Choque do Petróleo, causado pela decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – Opep- de aumentar demasiadamente o preço do barril em retaliação ao apoio dos EUA a Israel

2 Década perdida faz referencia as crises econômicas que os países latino-americanos enfrentaram nos anos 1980, marcadas por altos processos inflacionários, estagnação e diminuição do crescimento econômico, desemprego, e decaimento da produção industrial.

3 As relações do Brasil com o Oriente Médio, de D. Pedro a Ahmadinejad. Estadão, 23 de novembro de 2009. < <http://blogs.estadao.com.br/gustavo-chacra/as-relacoes-do-brasil-com-o-oriente-medio/>>.

durante a Guerra do Yom Kippur (HERZOG, 1977). Isso levaria o Brasil a repensar sua abordagem em relação ao Oriente Médio. Mais por motivos pragmáticos que políticos, os governos militares, a partir de Médici, tentariam manter laços econômicos e, na medida do possível, políticos com a região com o objetivo de garantir o fornecimento de petróleo.

De acordo com Santana (2006), a política brasileira para o Oriente Médio durante os anos seguintes ao Choque do Petróleo foi readequada às necessidades do Brasil em relação à necessidade de garantia de fornecimento de petróleo vindo daquela região. Há uma indicação de que a verdadeira motivação para uma reaproximação diplomática brasileira em relação ao Oriente Médio foi puramente pragmática, uma vez que além do projeto nacional de desenvolvimento econômico do governo militar, houve também a necessidade de agir pragmaticamente no que se refere a assegurar o fornecimento de petróleo, pois o Brasil era o maior importador do produto entre os países em desenvolvimento. Durante os anos de 1970, o Itamaraty reforçou duas diretrizes de política externa para o Oriente Médio, levando em consideração os interesses do país e o Choque do Petróleo (SANTANA, 2006). A primeira, posta em prática após 1973, condenava a expansão territorial israelense por meio de conflitos com seus vizinhos, já a segunda, que entrou em vigor após a Guerra do Yom Kippur, era pautada pela defesa da criação de um Estado palestino.

Essa readequação ao momento da conjuntura internacional levou o Brasil a sair de sua posição diplomática equidistante, qualificação criada pelo próprio Itamaraty e que seria definido como “uma política de imparcialidade e neutralidade, embora não de indiferença” (BREDA, 2003). Silva e Pilla (2012) destacam a linha da política externa brasileira seguida de Médici até Batista Figueiredo como sendo uma diplomacia de pragmatismo em relação ao Oriente Médio, ou se preferirmos dizer assim, o país agia de acordo com seus interesses imediatos e adequava sua posição política segundo tais interesses. Nessa acepção, a intensificação das relações econômicas entre o Brasil e o Oriente Médio de 1970 em diante levava o governo brasileiro a intensificar sua relação política com a região, especialmente após o Choque do Petróleo, que deixará o Brasil ainda mais vulnerável em relação à dependência dessa matriz energética importada, principalmente em relação ao Iraque.

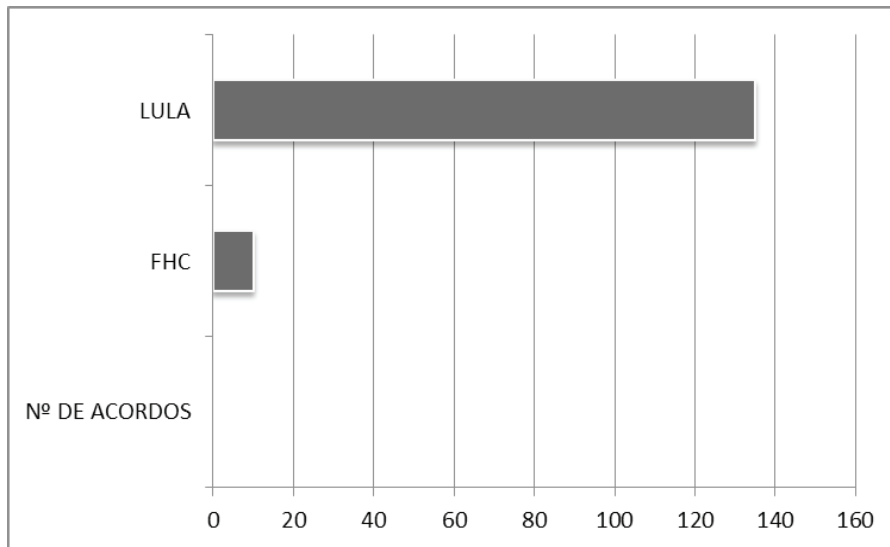
Pecequillo (2011), Silva e Kunrath (2010) e Tible (2013) corroboram com visão de que foi a partir dos anos de 1970 que as relações do Brasil com o Oriente Médio passaram a se intensificar, o que durou até o início dos anos de 1990, uma vez que sob a conjuntura do pós-Guerra Fria, o Brasil acabou afastando-se politicamente da região, o que só começou a mudar a partir do governo Lula. A nova abordagem política do governo petista para o Oriente Médio era pautada numa matriz política que priorizava a comunicação com países em desenvolvimento e abria novas oportunidades de parceria com nações do mundo árabe, tanto no âmbito econômico quanto político, haja vista o papel mediador do Brasil em conflitos no Oriente Médio desde que o presidente esquerdista assumiu o Palácio do Planalto em 2003 (SILVA, 2010).

## Oriente Médio nos governos FHC e Lula: Analisando dados

A escolha de duas unidades analíticas, o número de acordos bilaterais assinados entre o Brasil e os países da região e o número de países do Oriente Médio que os mandatários brasileiros visitaram, permitem identificar se houve diferenças diplomáticas entre as duas gestões presidenciais e se essas diferenças nos autorizam traçar elementos de mudança na política externa brasileira em relação aqueles países. O critério para a contagem do número de nações visitadas levou em consideração apenas o país visitado e não a quantidade de visitas feitas. Já os acordos bilaterais foram contabilizados e organizados em ordem crescente segundo o número de parcerias feitas com o Brasil.

Gráfico 1

Número Total de Acordos Bilaterais entre Brasil e Países do Oriente Médio nas eras FHC e Lula



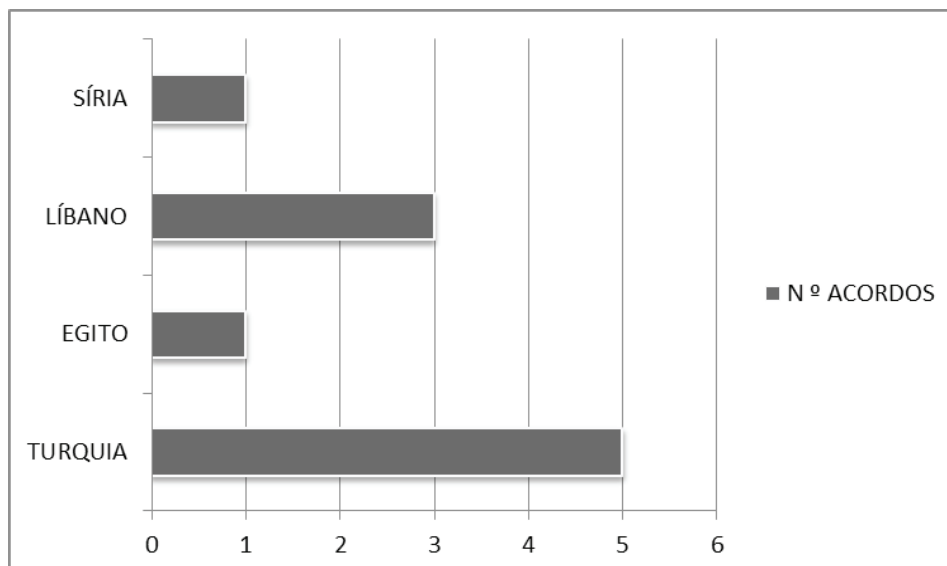
Fonte: Ministério das Relações Exteriores (MRE). Compilação própria.

O gráfico 1 apresenta o número de acordos assinados no período que cobre as gestões dos dois presidentes e mostra que houve uma disparidade acentuada no número de acordos assinados entre o Brasil e os países do Oriente Médio entre os mandatos de FHC e Lula. Enquanto o tucano firmou apenas 10 acordos bilaterais com países daquela região durante sua gestão, o petista aumentou esse número para 135 acordos durante seu período como Chefe do Executivo brasileiro.

Os gráficos 2 e 3 apresentam o número de acordos firmados, respectivamente por Cardoso e Lula da Silva, com cada país do Oriente Médio. Eles nos servem para visualizar as preferências de parceria da diplomacia brasileira recente com os países da região. Comparando o período de cada presidente, é possível observar que Lula, além de ter firmado expressivamente mais acordos com os países do Oriente Médio, também diversificou muito mais o leque de nações com as quais estreitou parcerias.

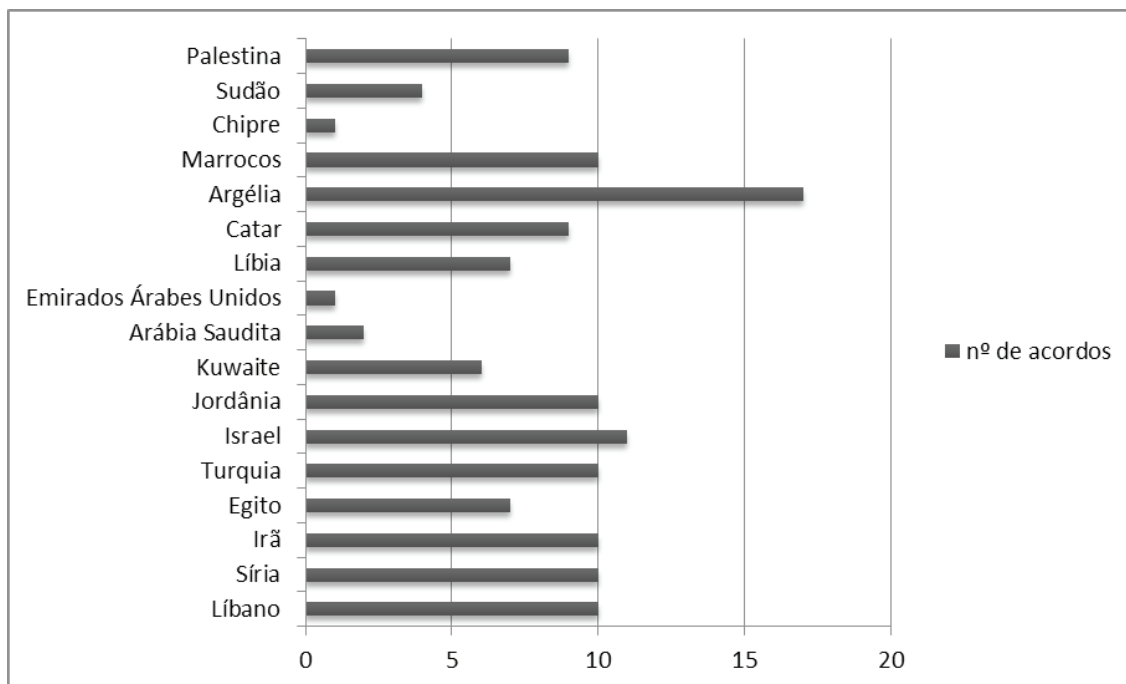
Gráfico 2

Assinatura de Acordos por País no Governo FHC.



Fonte: MRE. Compilação própria

**Gráfico 3**  
**Assinatura de Acordos por País no Governo Lula.**



Fonte: MRE. Compilação própria.

Esses dados revelam a desproporção entre os dois mandatários em relação ao número de acordos firmados e à diversidade de países do Oriente Médio com os quais se firmou parcerias. Enquanto Cardoso firmou acordos com apenas cinco nações, Lula manteve parcerias com todos os países da região, com exceção da Mauritânia. Na comparação feita pelos gráficos, FHC foi significativamente mais discreto em relação às parcerias com países do Oriente Médio durante sua administração, tendo firmado um total de 10 acordos com a Turquia, Egito, Marrocos, Kuwait e Síria. Comparando o tratamento dado pelo presidente Lula aos mesmos países com os quais FHC assinou acordos, o líder petista manteve a alta média de tratados no que concerne à todas as nações com as quais firmou parcerias.

Quando a unidade de análise em apreço são as viagens presidenciais, esse estudo revelou que o petista foi significativamente superior em relação ao número de países do Oriente Médio visitados durante seus dois mandatos, uma vez que Cardoso não fez qualquer visita à região. Já a diplomacia brasileira direcionada pelo governo Lula enquanto buscava novas estratégias de atuação internacional conduzia o país a parcerias nunca antes estabelecidas. Talvez por isso o Chefe do executivo tenha visitado seis países do Oriente Médio no primeiro mandato e sete no segundo, e tenha firmado 10 acordos de cooperação com o Irã.

A análise dos gráficos acima reafirma o que a literatura apresenta acerca do posicionamento adotado pelo governo Lula em relação ao Oriente Médio, com o Brasil definindo-se como mediador em questões complexas envolvendo os países daquela região. Essa postura tem sido identificada, entre outras ações e discursos, pelo desejo brasileiro de desempenhar um papel de maior relevância na política mundial (RODRIGUES, 2009; ASSL, 2010).

## Conclusões

Esse artigo abordou a recente política externa brasileira e analisou a diplomacia de Cardoso e Lula da Silva em relação ao Oriente Médio, desvendando mais traços de mudança do que continuísmo. Por meio da análise quantitativa do número de acordos bilaterais firmados pelos dois presidentes com os países daquela região e

através dos números disponíveis das viagens desses Chefes de Estado às nações árabes, pudemos lançar luz sobre o processo de adaptação da atuação do Brasil no cenário internacional e verificar que houve uma diferença diplomática no que se refere à política externa para com a região entre os governos de Cardoso e Lula da Silva.

Há uma importante disparidade entre o número de acordos que o presidente Lula firmou com os países árabes em relação a FHC. Enquanto Lula preferiu diversificar as relações exteriores do país com o Oriente Médio, firmando parcerias com todos os países, com exceção da Mauritânia, FHC esteve restrito a um círculo menor de cooperação, assinando acordos com apenas 05 nações. Essas diferenças são robustecidas mesmo quando analisamos os mesmos países com os quais os dois presidentes celebraram acordos.

Como indicamos na primeira parte do trabalho, a contribuição de importantes analistas de política externa naturalmente construiu um caminho explicativo que enxerga na condução externa do país uma readequação aos condicionantes do sistema internacional. A década de 1990 estava ainda sob a égide irrestrita da superpotência estadunidense e obrigava a adequação da política externa do Brasil aos regimes internacionais neoliberais e de contenção de armamentos nucleares propagados por Washington (PECEQUILO, 2008). Nesse tempo a diplomacia brasileira priorizava relações com os americanos e a Europa (CERVO, 2003), sobretudo no governo FHC. Da mesma maneira as viagens presidenciais nos levam a apontar ações estratégicas e preferências de parcerias diferentes, com Lula tendo feito 13 viagens aos países do Oriente Médio, tendo visitado, em seus dois mandatos, Síria, Líbano, Israel, Palestina e Jordânia enquanto FHC não fez qualquer viagem à região durante seus mandatos. Nosso argumento nesse trabalho foi corroborado pelo caminho natural que a política externa brasileira percorreu nessas últimas décadas, caminho esse delimitado pela própria conjuntura internacional. Porém, além da conjuntura internacional, outros fatores também contribuíram para a mudança de rumo tomada pela política externa brasileira entre o governo FHC e a administração Lula.

Quando Vigevani e Capaluni (2007) salientam que as mudanças em curso se deram em grande parte devido às preferências pessoais de Lula e da ideologia que impulsionou a atuação coadjuvante de Marco Aurélio Garcia e Samuel Pinheiro Guimarães, não desprezamos essa verdade. De fato, consideramos que estes fatores também contribuíram para moldar as novas estratégias da diplomacia brasileira, cujas bases tinham um pano de fundo social que direcionava a política internacional brasileira para a diversificação de suas relações (VAZ, 2004), sobretudo com países emergentes e periféricos – africanos e do Oriente Médio-, naquilo que se solidificou como relações Sul-Sul.

## Referências

- ARRAES, V. Brasil e Oriente Médio: a busca da parceria adequada. *Correio da Cidadania* [online]. 25 fev. 2011. Disponível em: [<http://www.correiocidadania.com.br>]. Acesso em: 16 fev. 2014.
- ASSL, N. K. Brazil: a new face in the Middle East. *The Guardian*, Londres, 21 de dezembro 2010. [Documento online]. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2010/dec/21/brazil-israel-palestine-diplomacy>. Acesso em 08/06/2014.
- BREDA, N. As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): equidistância, pragmatismo e realismo. *Revista Cena Internacional*, n. 02, p. 05-23, 2003.
- CERVO, A. L. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 01, p. 05-25, 2003.
- HERZOG, C. *A Guerra do Yom Kippur*. Biliex, 1977.
- PECEQUILO, C. S. As perspectivas da relação política entre Brasil e Oriente Médio. 20 out. 2011. Disponível em: <http://www.icarabe.org/entrevistas/as-perspectivas-da-relacao-politica-entre-brasil-e-oriente>]. Acesso em: 13 mar. 2014.

- PECEQUILO, C. S. A política externa do Brasil no século XXI: Os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, p. 136-153, 2008.
- RODRIGUES, R. Brasil: papel de mediador no Oriente Médio. *Conjuntura Internacional*, ano 06, n° 09, p. 01, 2009.
- SANTANA, C. R. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. *Rev. Bras. Polít. Int.*, vol.49 n. 2, p. 157-177, 2006.
- SARAIVA, M. G. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, p. 42-59, 2007.
- SILVA, André Luiz Reis. 2010. As transformações matriciais da Política Externa Brasileira recente (2000-2010). *Meridiano 47*, vol. 11, n. 120, p. 18-24. Disponível em: [ <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/637/752>]. Acesso em: 16 fev. 2014.
- SILVA, A. L. R.; KUNRATH, B. O Brasil como mediador da paz no Oriente Médio. *Meridiano 47*, n. 116, p. 18-20, 2010.
- SILVA, A. L.; PILLA, B. O Oriente Médio na política externa brasileira (1947-2011): aproximação, distanciamento e engajamento. *Ciências & Letras*, n. 51, p. 111-133, 2012.
- TIBLE, J. A Política Externa Brasileira e o Oriente Médio. Disponível em: [<http://blogbrasilnomundo.wordpress.com/2013/07/17/a-politica-externa-brasileira-e-o-oriente-medio/>]. Acesso em: 13 mar. 2014.
- TIBI, B. Where is the Middle East? The Definition and Classification Problem of the Middle East as a Regional Subsystem in International Relations. *Turkish Journal of Politics*, vol. 02, n. 02, dez-fev, 2011.
- VAZ, A. C. Brazilian foreign policy under Lula: change or continuity?. *FES Briefing Paper*, abril. 2004.
- VIGEVANI, T.; CAPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional (PUC-RIO)*, v. 29, p. 273-335, 2007.
- VIZENTINI, P. G. F. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas à Lula*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

## Resumo

Esse artigo compilou os dados referentes às viagens e acordos firmados entre o Brasil e Oriente Médio nos governos Cardoso e Lula da Silva e constatou que fatores conjunturais e sistêmicos e as escolhas tomadas pelas duas gestões levaram a determinação de espaços diferentes na política externa brasileira para com esses países.

## Abstract

This article gathered data referring to the trips and agreements signed between Brazil and the Middle East in the administrations of Lula da Silva and Cardoso, and it was showed that Lula, in comparison to FHC, intensified the partnerships with the countries of the Middle East.

**Palavras-Chave:** Oriente Médio; Política Externa; Lula; FHC

**Key-words:** Middle East; Foreign policy; Lula; FHC

Recebido em 26/03/2015

Aprovado em 30/04/2015